

O ALUNO AUTISTA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Rubiléa Fernandes Leal

RESUMO

O artigo presente reflete o marco histórico da inclusão e sua evolução, foram inúmeras as batalhas até o reconhecimento de seus direitos, a luta continua para que as pessoas com deficiência sejam respeitadas como qualquer cidadão. A legislação foi fundamental para uma mudança social e um olhar diferenciado àqueles que buscam se posicionar e enfrentam dificuldades impostas por uma sociedade desinformada e por vezes preconceituosa. Porém, não basta que a legislação obrigue o acolhimento das crianças deficientes, mais que isso, se faz necessário, prover meio, para que essa criança se desenvolva como outra qualquer. Atualmente é público e notório, o aumento de matrículas de crianças autistas no ensino regular e a necessidade de se fazer valer seu direito como cidadão atuante em nossa sociedade. O ambiente escolar e toda equipe escolar, são essenciais para o desenvolvimento e o exercício da cidadania desses educando, embora muitas dúvidas permeiam entre os docentes de como atendê-los adequadamente, importante que haja troca de experiências e informações relacionadas ao autismo e a interação entre os meios: social, familiar e escolar.

Palavras chave: Inclusão – Cidadania – Autismo.

ABSTRACT

This article reflects the landmark inclusion and your evolution, were numerous battles until the recognition of their rights, the fight goes on for people with disabilities are respected as any citizen. The legislation was key to social change and a distinguished look to those who seek to position themselves and face difficulties imposed by an uninformed and sometimes prejudiced society. However, it is not enough to make the host legislation of disabled children, more than that, if necessary, provide a little, so that the child develops like any other. Currently is public and notorious, the increase of enrollment of autistic children in regular education and the need to enforce your rights as active citizen in our society. The school environment and the whole school team, are essential for the development and the exercise of citizenship of those educating, although many questions permeate among teachers of how to serve them properly, important to have an exchange of experiences and information related to the Autism and the interaction between social, family and school:.

Key words: Inclusion-citizenship – Autism

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é tema abordado por diversos autores nos últimos anos. Muito foi falado, discutido e estudado, por se tratar de um assunto complexo sem nenhuma receita mágica, precisamos ter cautela e analisar os casos individualmente, respeitando suas particularidades e estimulando suas potencialidades.

O processo inclusivo está inserido dentro das realidades de ensino privado e público nas escolas do Brasil, porém não garante a qualidade de ensino, muitas são as barreiras encontradas no decorrer da construção do conhecimento e autonomia de seus educandos.

Particularmente, o interesse pelo assunto surgiu com o aumento de crianças autistas nas unidades escolares. A necessidade de buscar conhecimento para atender e compreender os educandos e suas necessidades, visando proporcionar um ensino de qualidade e que propicie condições para que a criança possa dar prosseguimento as aprendizagens iniciadas.

Na atual perspectiva da inclusão espera-se que o aluno autista entre no ensino regular e que nele ocorram oportunidades iguais, para que esses alunos consigam se desenvolver como os demais. Porém, muitas dúvidas se fazem presentes nesse processo educacional, ainda estamos engatinhando em busca de respostas, por isso a importância da troca de informações e experiências é primordial para contribuir e sanar com as dúvidas frequentes..

Este artigo retoma as últimas publicações que tratam do tema, por isso apresenta uma revisão bibliográfica dos principais autores que tratam do tema, como por exemplo, Rosita Edler Carvalho.

A autora trata do assunto, defendendo a ideia de uma escola inclusiva para todos. Respeitando seus direitos e suprimindo suas necessidades, visando o aprendizado evolutivo de seus alunos. Embora, esse processo muitas vezes seja lento, o aluno precisa ser o foco e a escola precisa ter consciência de seu papel e colocar-se a disposição do educando.

Os objetivos desse artigo são: analisar a evolução do processo educacional inclusivo, entender e compreender a importância na estimulação e valorização das habilidades apresentadas pelo aluno, conhecer os recursos disponíveis e a importância de atividades direcionadas para estimular a afetividade, socialização,

ludicidade, linguagem, comunicação, educação, área motora, artes e cuidados pessoais.

1- INCLUSÃO: UM MARCO HISTÓRICO

Os fatos históricos e culturais do fenômeno deficiência sempre foram lembrados e destacados: pela discriminação, preconceito e desvalorização. No passado, alguns relatos evidenciam a crueldade que era tratada, as pessoas nascidas com qualquer anomalia ou deficiência. Podemos pontuar alguns desses relatos no percurso histórico da inclusão.

1.1 O percurso histórico: da segregação a inclusão

A deficiência foi marcada por contradições históricas, que contribuíram, por muitos anos de sofrimento e descaso da sociedade, alguns desses acontecimentos registrados pela história, evidencia a visão da sociedade na época e sua conduta mediante as pessoas com deficiência:

- Na Roma Antiga, as crianças nascidas com qualquer deficiência ou anomalia eram afogadas ou abandonadas, por serem consideradas anormais ou débeis;
- Na Idade Média os deficientes mentais eram tidos como loucos, possuidores de demônio, os cegos e deficientes auditivos eram dotados de poderes sobrenaturais;
- Era Cristã, o monoteísmo e o mandamento de amar ao próximo, os bebês são aceitos e cuidados pelos seus pais ou tutores na igreja que o mantinham trancados;
- Com o Renascimento, considerou-se o ponto de vista médico e começou analisar as causas das deficiências;

A educação de pessoas com deficiência iniciou-se de forma excludente e segregada em caráter assistencialista e terapêutico. A partir de 1988, com a Constituição Federal . nos artigos 205 e 206, afirmou-se , respectivamente, "a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação do trabalho" e "a igualdade de condições de acesso e permanência na escola". Porém o fato que vem modificar o cenário de

educação mundial fica por conta da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), este documento foi criado para apontar os países a necessidade de políticas educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais.

1.2 O que é educação inclusiva?

A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar nenhuma pessoa que apresente alguma deficiência, ou dificuldade de aprendizagem. Também é vista como uma atitude, que representa um sistema de valores e crenças, não somente uma ação, mas um conjunto de ações (ARNAIZ, 2006).

A educação inclusiva no Brasil é abordada por diversos autores, seus pensamentos e estudos, influenciaram as ações ao longo dos anos. Podemos observar e analisar as ideias de alguns deles, como:

Para SASSAKI (1997, p.41) inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (...). Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si meso, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Para o autor FERREIRA (2005, p.44) a inclusão envolve:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e o crescimento da comunidade como todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Os autores citados projetam ideias de cidadania e justiça, respeito à individualidade e o direito do exercício da cidadania com autonomia. A sociedade exerce papel fundamental na inclusão e deve se modificar com base no

entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus cidadãos, assegurando o direito a igualdade e respeitando a diversidade, não basta integrar é necessário incluir os deficientes na sociedade, modificando o conceito enraizado de que os deficientes são incapazes de desenvolver suas habilidades como qualquer cidadão, por isso não devem ser estimulados apenas assistidos e direcionados.

Entende-se por educação inclusiva, o processo educativo que viabiliza e proporciona todos os recursos necessários, para que o educando desenvolva suas habilidades, sendo respeitada as suas condições e necessidades.

2. A ESCOLA INCLUSIVA

Na visão de FERREIRA (2005, p.65), a inclusão escolar é justamente garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, seguida “do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações educacionais que valorize a diversidade como riqueza humana e cultural”.

A escola inclusiva deve dispor de alguns recursos de que facilite esse acesso aos alunos deficiente no âmbito escolar, assim como:

- Rampa de acesso, para educando com problema de mobilidade ou cadeirante;
- Banheiro adaptado para cadeirante;
- Piso táctil para deficientes visuais;
- Utilitários escolares como carteiras adaptáveis para atender as necessidades do aluno;
- Recursos mobiliários que contribuam para a autonomia, respeitando o direito de ir e vir, proporcionando sua mobilidade em todo ambiente escolar.

A inclusão depende de parcerias multidisciplinar e familiar, políticas públicas com fiscalização, gestão escolar com ações inclusivas, metodologia eficaz ao aluno. As cinco dimensões precisam caminhar lado a lado em parcerias.



2.1 Qual é o papel da escola inclusiva?

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p.16).

O papel da escola inclusiva é primordial, por se tratar da primeira experiência do educando ao convívio social. Muitas vezes, no âmbito escolar se faz o primeiro contato com pessoas que não fazem parte da sua família. Essa experiência é enriquecedora, aprender a lidar com as diferenças do meio e conviver harmonicamente é o primeiro passo de todo cidadão, independente de suas condições físicas ou intelectuais.

A escola é de suma importância ao ser humano, os primeiros contatos são vivenciados no ambiente escolar. Nele, trabalhamos a diversidade e pluralidade cultural, aprendemos a respeitar as diferenças pelo bom convívio social. No caso, de escola inclusiva uma equipe multidisciplinar estará pronta ou pelo menos deveria estar para atender, orientar e suprir as necessidades do aluno.

Uma escola inclusiva precisa da colaboração de parceiros, como: fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, apoio da família e comunidade visando o desenvolvimento do aluno. Nem sempre essas parcerias são possíveis, pois envolve custos e nem todas as escolas dispõem para investir. Por isso, o aumento significativo de matrículas de alunos autistas e com outras deficiências nas escolas públicas.

Para a família é essencial o momento da acolhida, onde os profissionais exercem seu papel de orientar e fazer as intervenções e encaminhamentos necessários para seus parceiros, visando o bem estar e desenvolvimento pleno desse aluno.

2.2 O professor no processo ensino aprendizagem

O papel do professor é indiscutivelmente de suma importância na escola. Embora, sua postura tenha modificado ao longo dos anos, deixando de ser mero transmissor para ser mediador. Observando as atitudes dos alunos em sala de aula, percebeu-se que muitos tinham dificuldades de alcançar os objetivos propostos, mas que dotavam de conhecimento e possibilidades de aprendizado. A proposta inclusiva e a nova legislação fez com que muitos professores, discutissem a melhor maneira de fazer com que os alunos inclusos, tivessem a mesma oportunidade que os demais.

Para Cury (2003,p.65)

“os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos.”

No processo ensino aprendizagem, a avaliação é um instrumento de intervenção do professor, permitindo analisar e interpretar o desenvolvimento do aluno, observando sempre a necessidade de adaptações para complementar ou suprir as dificuldades de cumprir suas tarefas.

Para Mantoan (2003, p.32)

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja resignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

O professor precisa se atualizar e buscar informações para atender todos os seus alunos com respeito e dedicação. Seu papel de mediador deve prevalecer, mesmo que seja necessário recursos e apoio para alcançar os seus objetivos. Seu papel é fundamental e insubstituível na unidade escolar. Ele responde pela sala atribuída, mas pode contar com apoio especializado formando uma parceria em sala de aula. De acordo com as LEIS:

LEI Nº 12.764/ 2012 parágrafo único, garante o direito ao autista e a todas as pessoas com deficiência a um mediador especializado para seu melhor desempenho na sala de aula.

Decreto Lei nº 8.638/2014§ 2º Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art.3º da Lei nº12.764, de 2012

3 - AUTISMO

A origem do termo autismo é grega e seu significado “de si mesmo”. “O psiquiatra suíço E.Bleuler, em 1911 empregou-a pela primeira vez, para descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (CUNHA, 2007,p20).

3.1 O que é o autismo?

O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas. As causas provenientes do autismo ainda são desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos. Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Tem em seus sintomas incertezas que dificultam, muitas vezes, um diagnóstico precoce (CUNHA, 2008).



Leo Kanner, psiquiatra austríaco, naturalizado americano, publicou as primeiras pesquisas relacionadas ao autismo em 1943. Para ele, o autista sempre que possível despreza, ignora, exclui tudo que chega do exterior à criança. As situações são tratadas como se não estivessem lá.

O pediatra Hans Asperger acrescenta que essas crianças não fixam o olhar durante situações sociais e tem um olhar periférico, gestos peculiares e apresentam estereotípias.

O autismo pode surgir nos primeiros meses de vida, mas em geral, os sintomas tornam-se aparentes por volta da idade de três anos. Percebe-se na criança o uso insatisfatório de sinais sociais, emocionais e de comunicação, além da falta de reciprocidade afetiva. (CUNHA, 2015).

Muitos autores se interessam pela temática e contribuem com as informações, por se tratar de um transtorno com características complexa, os estudos devem ser aprofundados e anotados, como o transtorno apresenta traços individualizados, fica inviável delinear precisamente o trabalho e apontar as atitudes corretas pois, cada caso é único

O Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM) é modificado no ano de 2013. De acordo com as novas modificações, o Transtorno do Espectro do Autismo- TEA passa a englobar diferentes síndromes caracterizadas

por desordens do desenvolvimento neurológico. Essas síndromes passam a ser identificadas por dois critérios: dificuldade na comunicação social e presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos.

O transtorno do espectro autista (TEA) é classificado em: leve, moderado e grave.

3.2 Como trabalhar com o aluno autista?

O aluno autista é capaz e o professor deve buscar todas as alternativas e possibilidades para suprir suas necessidades e fazer valer seu direito ao ensino e igualdade. O laudo de um aluno autista não pode paralisar professores que se sintam despreparados para exercer sua função.

Primeiro passo, sem rótulos. O rótulo limita, condena...

É preciso cautela, traçar metas e modificá-las se necessário, tudo será construído a cada etapa, não existe receita pronta, mas a descoberta pode ser muito enriquecedora para todos os envolvidos.

Segundo Gadotti(2006) define o planejamento como uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades quanto a revisão e a adequação dos objetivos propostos no processo de ensino.

Algumas orientações devem ser seguidas para o bom desenvolvimento do trabalho:

- Prepare as aulas com antecedência;
- Converse com o aluno de forma clara e objetiva a atividade proposta;
- Utilizar sempre linguagem objetiva;
- Utilizar o concreto e o lúdico, mesmo nos anos finais do ensino escolar;
- Propor atividades de seu interesse;
- Explorar o cotidiano;
- Utilizar jogos;
- Evitar atividades longas;
- Adaptar currículo, provas e avaliações;
- Atividades que estimulem o pensamento lógico;
- Abordagens sensoriais (visual, auditivo, cinestésico)

Abordagens visuais- as crianças aprendem por meio de figuras e ilustrações de situações do cotidiano, pegam com mais facilidade quando estão vendo a atividade e executando em seguida.

Abordagens auditivas- as crianças retêm informações por repetições, gravam nomes, mas esquecem de rostos.

Abordagens cinestésicas- as crianças aprendem quando executam e participam das atividades

Antes de elaborar as atividades é preciso estar atento as abordagens e identificar qual delas retrata o perfil do aluno em seu relatório individual.

A educação escolar pressupõe um ensino colaborativo, movimentos que trazem afetos e sonhos comunicantes, com produções individuais, com produções em grupo, socializando o saber produzido. Percebe-se que se aprende melhor na ausência do medo, com autonomia, criatividade e colaboração. São questões que desembocam na sala de aula, com a nova geração de aprendizes. (CUNHA, p.130, 2016).

O programa TEACCH não é um currículo, mas sim uma estrutura para apoiar a execução dos objetivos educacionais e terapêuticos. Baseado no fato que crianças autistas são aprendizes visuais, ele trás uma clareza visual ao processo de aprendizado buscando a receptividade, a compreensão, a organização e a independência. A criança precisa trabalhar em um ambiente estruturado que deve incluir a organização dos móveis, áreas de atividades com informações claras e objetivas, murais de rotina que possibilitem autonomia e organização em todas as tarefas a serem executadas.

No Brasil, o uso do método TEACCH é frequente, foi desenvolvido no início de 1970 pelo Dr. Eric Schopler e colaboradores, na Universidade da Carolina do Norte. Mas o TEACH vem associado a outras ações, porém possibilita ao autista um comportamento funcional e independente.

O uso do PEC inicia-se com a troca de uma figura de um item desejado para um parceiro de comunicação e ele atende como um pedido. O sistema passa a ensinar a discriminação de figuras e como juntá-las formando sentenças.

PECS- Sistema de Comunicação através da troca de figuras foi desenvolvido pelo Delaware Autistic Program é muito utilizado no Estados Unidos, consiste na troca de cartões para estabelecer uma comunicação.

As seis fases do PECS

Fase I

Como se comunicar

Os alunos aprendem a trocar uma única figura para itens ou atividades que eles realmente querem.

Fase II

Distância e Persistência

Ainda usando uma única figura, os alunos aprendem a generalizar esta nova habilidade e usá-la em lugares diferentes, com pessoas diferentes e usando distâncias variadas. Eles aprendem a serem comunicadores persistentes.

Fase III

Discriminação de figuras

Os alunos aprendem a escolher entre duas ou mais figuras para pedir seus itens favoritos. Estes são colocados em uma pasta de comunicação com tiras de Velcro, onde as figuras são armazenadas e facilmente removidas para a comunicação

Fase IV

Estrutura de sentença

Os alunos aprendem a construir frases simples em uma tira de sentença usando um ícone “Eu quero” seguido por uma figura do item que está sendo solicitado.

Fase V

Respondendo a perguntas

Os alunos aprendem a usar PECS para responder a pergunta:

“O que você quer? ”

Fase VI

Comentando

Agora os alunos aprendem a comentar em resposta a perguntas como: “O que você ouve?” e “ O que é isso?” . Eles aprendem a compor sentenças começando com “Eu vejo”, “Eu ouço”...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, inúmeras lutas foram conquistadas para chegarmos ao direito reconhecido do cidadão com deficiência. Com as legislações é assegurado seu direito a igualdade e ao ensino inclusivo. Mas, podemos observar que ainda temos um longo caminho a seguir.

A inclusão foi muito discutida e é questionada até o presente momento. Muitas dúvidas, medos e inseguranças estão presentes em nossa sociedade. Pouca informação ainda é o principal bloqueio para efetivar a inclusão de qualidade, outros fatores contribuem como falta de investimento e a postura de uma sociedade que por vezes limita e condena o deficiente como um ser incapaz.

Analisando as referências bibliográficas e as discussões que norteiam a problemática em questão, podemos citar algumas conquistas, como: o direito ao ensino em sala regular na proposta de escola inclusiva, ampliando o convívio, possibilitando novas experiências, estimulando habilidades e efetivando relações interdisciplinares.

É notório que alguns ajustes se faz necessário na proposta inclusiva, assim como podemos observar quanto os envolvidos são presenteados, tocados e enriquecidos com essa experiência no mínimo, gratificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. Cartilha da inclusão escolar. Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº9394/96.

-----, Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

-----, Declaração de Salamanca. Brasília, DF: UNESCO,1994

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed.Porto Alegre: Mediação, 2005.

CUNHA, Eugênio, Afetividade na Prática Pedagógica: Educação, TV e Escola, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

-----, Afeto e aprendizagem: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

-----, Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

-----, Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

CURY, Augusto J. Pais brilhantes, professores fascinantes:A educação inteligente; formando jovens educadores e felizes. Rio de Janeiro: Editora Sextante,2003.

FERREIRA, J.R.Educação especial,inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: Inclusão e Educação- Doze olhares sobre a Educação Inclusiva. David Rodrigues (org).São Paulo. Editora Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér.Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial. Outubro,2005.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro,WVA,1997.